

**PROCESSO** - A. I. Nº 232943.0029/05-3  
**RECORRENTE** - LIGUE LUZ SUPERMERCADOS LTDA. (SUPERMERCADOS MARABÁ)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0295-03/05  
**ORIGEM** - IFMT - DAT/SUL  
**INTERNET** - 20/12/2005

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO C.J.F Nº 0433-12/05

**EMENTA:** ICMS. EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF). UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações com equipamento sem autorização da SEFAZ, e o Termo de Apreensão, constante do PAF constitui elemento de prova para caracterizar a irregularidade apurada. Retificado o valor da multa. Rejeitada a preliminar de nulidade. Mantida a Decisão de Primeira Instância. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração se refere à exigência da multa no valor de R\$13.800,00, tendo em vista que foi constatada alteração ou permissão de alteração por contribuinte ou credenciado a intervir em equipamento de controle fiscal, do valor armazenado na área de memória de trabalho de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF). Constou na descrição dos fatos que o contribuinte está operando com Equipamento Fiscal (ECF-IF) não autorizado pela SEFAZ e com a resina da memória fiscal violada, conforme Termo de Apreensão de nº 115878.

O autuado, por meio de advogado, apresentou impugnação alegando que o autuante não acostou aos autos a prova da acusação fiscal, e a falta de prova do alegado compromete a ampla defesa e torna a acusação nula e improcedente. Argumentou que o Auto de Infração não poderia ter sido lavrado por presunção, mas, com base em fatos alegados e provados. O defendente assegurou que nunca permitiu que fosse efetuada qualquer alteração nos seus equipamentos com finalidades ilícitas, como está indicado na autuação. Requereu a improcedência do Auto de Infração, por falta de prova que lhe dê sustentação.

O autuante, em sua informação fiscal, rebateu as alegações defensivas argumentando que se o representante do autuado tivesse verificado com mais atenção as provas acostadas aos autos, constataria a existência de fotos que comprovam o cometimento da irregularidade apontada, e contra imagens não existem argumentos. Asseverou que as fotos de fls. 05 a 10 demonstram a inexistência de “Lacre Fiscal de Segurança”, ao passo que na foto de fl. 11 é possível visualizar a resina da Memória Fiscal violada.

Através do Acórdão n.º 0295-03/05, decidiu a 3.ª Junta de Julgamento Fiscal pela procedência em parte do Auto de Infração, sob o entendimento de que:

- a) inicialmente, há que se rejeitar a arguição de nulidade suscitada, uma vez que “o Auto de Infração preenche todas as formalidades legais, não se encontrando os motivos elencados nos incisos I a IV do art. 18, do RPAF/99, para decretar nulidade do Auto de Infração”;
- b) no tocante ao mérito, entendeu que “o Termo de Apreensão constitui elemento de prova para caracterizar que o contribuinte estava operando com equipamento que se encontrava em situação irregular, ressaltando-se que a responsabilidade por inobservância de qualquer

*dispositivo da legislação do ICMS independe da intenção do agente, conforme art. 40, § 2º da Lei 7.014/96”; além disso, verificou que “não consta que foi preenchido qualquer documento referente à vistoria nos equipamentos ou laudo técnico relativamente à adulteração na resina de proteção da memória do equipamento, e, por falta nos autos dessa comprovação assinada pelo autuado ou seu representante legal, entendo que não ficou comprovada a mencionada acusação fiscal”;*

- c) asseverou, ainda, que “*não obstante isso, também consta no Auto de Infração que a exigência fiscal se fundamentou na utilização pelo autuado, em guichê de atendimento ao público, de equipamento sem autorização desta SEFAZ, para funcionamento e o Termo de Apreensão constitui elemento de prova da irregularidade apontada*”, transcrevendo o art. 42, XIII-A, “c”, 3, para justificar que “*se encontra no presente processo, elemento suficiente para comprovar a infração apontada, devendo ser alterado o valor da multa exigida para R\$4.600,00, conforme dispositivo legal acima transcrito*”;

Inconformado com a decisão prolatada pela primeira instância, interpôs o contribuinte Recurso Voluntário, alegando, em síntese, que:

- a) a Junta tenta transferir para o recorrente o ônus da prova que cabia ao autuante, que não o fez;
- b) a acusação de falta de pedido de cessação de uso de equipamento emissor de cupom fiscal tinha que ser provada e materializada pelo fiscal autuante, pois quem acusa tem que dizer de que acusa, sob pena de invalidar a sua pretensão acusatória, como no caso em tela;
- c) o Auto de Infração é nulo *ab ovo*, eis que o autuante não especificou a infração cometida, ao não apontar a exigência fiscal supostamente descumprida, prendendo-se apenas a exarar de forma generalizada que houve descumprimento das exigências legais.
- d) Deve ser dado Provimento ao Recurso Voluntário interposto para julgar procedente a defesa administrativa pelo mesmo apresentada.

A ilustre representante da PGE/PROFIS emitiu parecer salientando, inicialmente, que a infração objeto de autuação se refere à apreensão de equipamentos que revelaram a alteração ou permissão de alteração na memória fiscal, tendo o recorrente se insurgido, na verdade, quanto à falta de prova, por parte do autuante, do pedido de cessação de uso, matéria estranha à presente autuação. Por tal razão, entende que o Recurso Voluntário é inepto e não pode ser conhecido, pois as alegações recursais não se coadunam com os fatos imputados, opinando pelo seu não conhecimento.

## VOTO

Cinge-se o recorrente na sua peça recursal, estranhamente, à “*acusação de pedido de cessação de uso de equipamento emissor de cupom fiscal*”, argumentando que caberia ao autuante o ônus de provar a efetiva existência da infração.

*Concessa venia*, como ressaltado no parecer emitido pela Douta PGE/PROFIS, o Recurso Voluntário não pode sequer ser conhecido, uma vez que a súplica recursal é absolutamente estranha à infração objeto da presente autuação, concernente à “*Alteração ou permissão de alteração por contribuinte ou credenciado a intervir em equipamento de controle fiscal, do valor armazenado na área de memória de trabalho de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), salvo na hipótese de necessidade técnica.*”

Ora, inepto, portanto, é o Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte, posto que invoca argumentos que não se referem à matéria ora debatida, não se coadunando com os fatos imputados na presente autuação.

Destarte, com espeque no parecer da Douta PGE/PROFIS voto no sentido de NÃO CONHECER o Recurso Voluntário apresentado, mantendo-se a decisão de primeira instância em todos os seus termos.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232943.0029/05-3**, lavrado contra **LIGUE LUZ SUPERMERCADOS LTDA. (SUPERMERCADOS MARABÁ)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$4.600,00**, prevista no art. 42, XIII-A, “c”, item 3, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de novembro de 2005.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

NELSON ANTONIO DAIHA FILHO – RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS